

EDUCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DAS AGÊNCIAS NACIONAIS DE FINANCIAMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS PROPOSTAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO ESTUDANTIL

João Batista da Costa Júnior (UFRN/IFRN/UERN)
jbjuniorassu@hotmail.com

Introdução

No contexto atual da modernidade tardia, o uso da linguagem nas práticas sociais promove mudanças discursivas em movimentos dialéticos, suscitando considerações relevantes sobre a relação intrínseca entre linguagem e sociedade, além de permitir compreender como o discurso funciona no seio das estruturas sociais, na constituição de relações de poder, de efeitos ideológicos e de traços hegemônicos, e como as mudanças sociais moldam as práticas discursivas.

Nesta perspectiva, a educação como uma prática social na era da globalização se comporta como uma das ordens do discurso da modernidade tardia afetada pelas constantes mudanças socioculturais via discurso, transformando o conhecimento em demanda da lógica empresarial e exigência da sociedade global, uma vez que a ordem de discursos educacionais é cada vez mais “contaminada” pelos discursos e valores típicos de mercado revestidos por ideologias, lutas hegemônicas e relações de poder.

Este artigo, ancorado no aporte teórico-analítico da Análise Crítica do Discurso (ACD), em sua vertente transdisciplinar, (FAIRCLOUGH, 2006; ORMUNDO, 2010; PEDROSA, 2010, 2012; RAMALHO E RESENDE, 2011), tem como objetivo discutir como as mudanças socioculturais, via o momento discursivo, no contexto da educação privada em Natal/RN, dialogam com a proposta mercadológica da política econômica neoliberal¹. A pesquisa se constituiu metodologicamente numa abordagem de natureza qualitativo-interpretativista (CHIZZOTTI, 1991; BOGDAN e BIKLEN, 1994; MINAYO, 1994), assentando-se nos pressupostos da Linguística Aplicada contemporânea (SIGNORINI, 1998; MOITA-LOPES, 2006; MENEZES, SILVA, GOMES, 2009). O *corpus* analisado concentrou-se numa compilação de 02 anúncios usados nas campanhas publicitárias de agência de fomento ao crédito estudantil em Natal/RN no período de outubro a dezembro de 2011.

O artigo está organizado em três seções. A primeira situa o aporte teórico no qual fundamentamos nossas discussões, a saber, a Análise Crítica do Discurso (ACD). Nesta seção nossas discussões apontam a contribuição que a abordagem da ACD apresenta para o estudo da linguagem no contexto da globalização, no nosso caso, às transformações por que passam as mudanças sociais no âmbito da educação brasileira com a crescente mercantilização do conhecimento emergente. Na segunda seção, abordamos uma compreensão transdisciplinar inerente às mudanças socioculturais na

¹ Essa proposta de investigação está inscrita no projeto *Poder e Linguagem: Manifestações da globalização e do globalismo nos discursos e nas práticas sociais*, desenvolvido na UFRN (2011/2012) sob a orientação da professora Dr^a. Cleide Emília Faye Pedrosa. O projeto tem como objetivo analisar as manifestações da globalização e do globalismo nos discursos sociais e busca apontar as formas de influência e manipulação e as relações de poder presentificadas na linguagem.

esfera educacional, evocando uma leitura sociológica, econômica e midiática focada nas principais políticas educacionais implantadas durante os anos de 1990 e a primeira década do século XXI no contexto brasileiro no intuito de melhor discutir a ótica que as agências de financiamento estudantil conferem à educação no cenário nacional e especificamente no contexto da cidade de Natal/RN. Na terceira, abordamos a análise dos dados. Nosso olhar nesta seção está sustentado pelo objetivo de diagnosticar como as transformações socioculturais que ocorrem no contexto da educação privada dialogam com o a proposta de mercado da política econômica neoliberal, considerando para tanto o discurso das agências de concessão de crédito estudantil. Encerramos nossas reflexões apontando as considerações finais a respeito das mudanças socioculturais através do momento discursivo no âmbito educacional, frisando que, na modernidade tardia, elas instauraram intensas configurações para a educação recontextualizada e commodificada por práticas socioculturais alicerçadas nos preceitos econômicos.

1. Análise Crítica do Discurso: uma abordagem conceitual

A Análise Crítica do Discurso (ACD), em sua dimensão transdisciplinar, constitui-se num campo multifacetado que permite aos analistas de discurso incorporar contribuições de outros campos teóricos a partir de uma relação dialética a fim de melhor compreender a dimensão da prática social, considerando a linguagem como um dos momentos dos eventos sociais bem como instância investida de ideologias, hegemonia e poder. Sob esse viés, a ACD operacionaliza um diálogo mútuo entre diversas teorias, sobretudo as sociais e as linguísticas (CHOULIARIKI, FAIRCLOUGH, 1999; VAN DIJK, 2000; MAGALHÃES, I., 2004; FAIRCLOUGH, 2006; FAIRCLOUGH, 2008), enfatizando que o estudo da linguagem não pode estar dissociado do estudo de outros eventos sociais.

Fairclough (2006) menciona que, na abordagem transdisciplinar da ACD, o processo para a investigação das transformações sociais começa pela análise social e caminha-se em busca dos elementos da análise textual por meio dos três níveis de abstração, ou seja, evento social, prática social e estrutura social. Esses três níveis processam-se simultaneamente e sua correlação é imprescindível para o entendimento dos eventos sociais que instauram mudanças socioculturais.

Considerando essas primeiras abordagens conceituais sobre a ACD, convém destacar que a ACD é uma abordagem teórico-analítica centrada no estudo da relação entre linguagem e vida social com o propósito de desvendar as implicações ideológicas que se materializam discursivamente.

Portanto, a ACD vai além do funcionamento interno dos sistemas linguísticos, empreende uma abordagem teórico-analítica que olha para a maneira como os “sistemas linguísticos funcionam na representação de eventos, na construção de relações sociais, na estruturação, reafirmação e contestação de hegemonias no discurso” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 13). Para Wodak (2004), investigações de natureza crítica do discurso envolvem uma dimensão teórica e descritiva que contempla tanto os processos e estruturas sociais, bem como a dimensão estrutural e os processos sociais das esferas discursivas nas quais os agentes constroem significados e se relacionam com os textos.

2. Políticas educacionais no contexto da economia global-neoliberal durante os anos 1990 e primeira década do século XXI: o cenário nacional

Globalizado por uma sociedade mundial de ideário eminentemente mercadológico, o cenário nacional da década de 1990 aos dias atuais reflete o legado político-ideológico advindo dos posicionamentos de uma franquia burguesa capitalista, orientado por dois grandes fatores de abrangência mundial: a globalização e a hegemonia do neoliberalismo.

“O neoliberalismo representa uma necessidade global de restabelecimento da hegemonia burguesa, trazendo implicações não só para a vida econômica, mas também para as diversas relações que se estabelecem entre os homens” (MANCEBO, 2008, p. 57). Nesse sentido, ocorreram inúmeras reformas nos Estados sob os postulados e orientações da economia neoliberal. O discurso hegemônico do neoliberalismo alega que “a responsabilidade pela crise econômica dos países capitalistas é do próprio Estado que, ao longo dos anos, produziu um setor público ineficiente e marcado pelo privilégio, diferente do setor privado, que desenvolve as atividades com eficiência e qualidade” (CHAVES; LIMA; MEDEIROS, 2008, p. 323).

À guisa dessa ótica, o Estado deve delegar a responsabilidade pela prestação de serviços sociais ao mercado capitalista, permitindo a instalação de empresas privadas, ocorrendo, assim, a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e financeira, a privatização do setor público e a redução de seus deveres.

No Brasil, a ideologia neoliberal tem profunda atuação durante a década de 1990 com o governo de Fernando Collor (1990-1992) e o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) bem como no início da primeira década do século XXI com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Senra destaca que foi no período de governo de FHC que “o neoliberalismo se estabelece como projeto hegemônico, conseguindo impor reformas constitucionais e redirecionar as políticas econômicas e sociais” (SENRA, 2000, p. 105). Neste contexto histórico, as políticas voltadas para o campo da educação se intensificam afinando-se com os pressupostos neoliberais, sinalizados pela ideologia mercadológica da competitividade, qualidade.

Com foco nas forças neoliberais, as políticas de descentralização inerentes ao contexto educacional no Brasil obedecem a uma dinâmica mercadológica que tendem a enfraquecer o Estado diante de sua responsabilidade para com os serviços públicos. Por seu turno, o mercado passa a atuar como o principal mecanismo regulador no meio social. A política descentralizadora do sistema educacional acaba efetivando uma prática consumista, envolvendo mais consumidores a um serviço ou produto, neste caso específico, à educação que passa a ser reduzida a mais um produto para consumo. Por meio das políticas descentralizadoras, “pretende-se que a própria população, ou, com maior propriedade, o mercado se encarregue das empresas, das instituições e dos serviços que, até o momento, dependiam diretamente e principalmente do governo” (SANTOMÉ, 2003, p. 41).

No caso do contexto educacional brasileiro, as instituições privadas de ensino superior e aquelas voltadas para a profissionalização da população por meio da oferta de cursos técnicos vêm crescendo substancialmente. Conforme dados do Censo da Educação Superior de 2009, as instituições privadas predominam na educação superior com 89,4% do número total de instituições que atuam nesta modalidade de ensino. Este predomínio representa a pauta neoliberal sob as políticas educacionais no contexto nacional, evidenciando uma profunda redefinição do papel do Estado na sua relação com a educação.

No governo de FHC, as reformas educacionais foram direcionadas para o ensino fundamental (antigo 1º grau), vislumbrando-se o surgimento de alguns instrumentos políticos para ancorar ou alavancar a qualidade do ensino, por exemplo, o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF). A instituição do FUNDEF deu-se por meio da Emenda Constitucional n. 14, de setembro de 1996, e regulamentada pela Lei n. 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto n. 2.264, de junho de 1997. O FUNDEF passou a vigor, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, ocasião em que passou a vigorar a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao ensino fundamental.

Outros elementos políticos educacionais também foram implantados, a saber, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), o “Provão” (para avaliar o nível de qualidade de todas as modalidades de ensino). No que tange aos níveis de ensino médio e superior², as políticas tenderam a conceder espaço para a atuação do segmento privado leigo e atuação da Igreja Católica sobre o sistema escolar. A sociedade passou por um processo de constante privatização de serviços públicos, cabendo ao Estado gerenciar a livre concorrência entre os mercados e a “igualdade” de oportunidade conferida pela política restauradora neoliberal.

Especificamente à educação superior, as alterações seguiram determinações impostas por decretos, leis, portarias e outras medidas normativas. Um importante documento normativo diz respeito ao Decreto n. 2.207, de 5/4/1997, alterado pelo Decreto n. 2.306, de 19/08/1997, que regulamentou o Sistema Federal de Educação, normatizando as atribuições das instituições superiores privadas de ensino, admitindo de forma definitiva as instituições com fins lucrativos. Também estabeleceu a diversificação das instituições de ensino superior em cinco tipos: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores. Percebemos que esse decreto desempenhou papel fundamental para a atuação do segmento empresarial no contexto educacional. Entretanto, o documento decisivo para maior ocorrência da privatização da educação no contexto nacional pode ser representado por meio do Decreto n. 3.860, do dia 9 de julho de 2001, que alterou as regras de organização do ensino superior e da avaliação de cursos e instituições, e definiu nova mudança na diversificação das instituições de ensino superior, decretando, agora, apenas três categorias, a saber: I – universidades; II – centros universitários; e III – faculdades; institutos superiores e/ou escolas superiores. Na verdade, ocorreu apenas o aparecimento de uma nova configuração para o tipo de instituição, sendo agrupadas diferentemente. O que temos como certo é que tais medidas foram decisivas para a expansão do ensino superior via os muros da esfera privada, pois permitiu maior abertura para instalação de novas instituições privadas, consolidando.

As reformas no âmbito educacional não estacionam no governo FHC, pelo contrário, ganham impulso durante o governo Lula, provocando um grande debate a respeito do caráter cada vez mais mercadológico que se configura nos documentos que regem as novas medidas político-administrativas no âmbito educacional.

² De acordo com Chaves, Lima e Medeiros (2008), dentre as medidas legais baixadas para a educação superior aprovadas nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso destacam-se: a Lei n. 9.129 de dezembro de 1995 (que estabeleceu normas para a escolha de dirigentes das universidades federais); a Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995 (que criou o Conselho Nacional de Educação (CNE), ao mesmo tempo em que instituiu o exame nacional de cursos para os alunos que concluem a graduação); o Decreto n. 2.207, de 15 de abril de 1997, logo alterado pelo Decreto n. 2.306, de 19 de agosto de 1997 (que alterou artigos da LDB, em especial os que se referem à diversificação das instituições de ensino superior); o Decreto n. 3.860, de nove de julho de 2001 (que revogou os dois decretos anteriores, alterando as regras de organização do ensino superior e da avaliação de cursos e instituições).

De acordo com Chaves, Lima e Medeiros (2008), as principais políticas educacionais adotadas no governo Lula continuam dando ênfase à reforma privatista da educação superior. As principais medidas estão relacionadas aos seguintes documentos oficiais: Decreto n. 4.914 de 11/12/2003 (dispõe sobre os centros universitários, alternado o art. 11 do Decreto n. 3.860, de nove de julho de 2001); Lei n. 10.861, de 14/4/2004 (que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes); Lei n. 10.973, de 2/12/2004 (que dispões sobre incentivos a inovação tecnológica); Lei n. 11.079, de 30/12/2004 (que institui a Parceria Público Privada – PPP); o Decreto Presidencial n. 5.225, de 1º/10/2004 (que elevou os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs – à categoria de Instituições de Ensino Superior – IFES); o Decreto Presidencial n. 5.245, de 18/10/2004 transformado na Lei 11.096/05 (que criou o Programa Universidade para Todos – ProUni); o Decreto Presidencial n. 5.205, de 20/12/2004 (que regulamenta as fundações de apoio privadas no interior das IFES); o Decreto Presidencial n. 5.622, de 19/12/2005 (que regulamenta a educação a distância no Brasil e consolida a abertura do mercado educacional brasileiro ao capital estrangeiro) dentre outros instrumentos normativos.

Durante o governo Lula também as políticas educacionais estavam associadas às políticas afirmativas e de inclusão social, orientadas pelo PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), que preconiza a educação como um processo dialético estabelecido entre socialização e individualização da pessoa. O PDE foi firmado com base nas determinações impostas pela Constituição Federal Brasileira, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei Federal n. 9.394/1996) e no Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE preconiza a promoção do desenvolvimento e a articulação do ensino em todos os seus níveis, possibilitando a integração das ações do Poder Público quanto à erradicação do analfabetismo, à universalização do atendimento escolar, à melhoria da qualidade do ensino, à formação para o trabalho e à promoção humanística, científica e tecnológica do país (NEVES, 2000).

No PNE há a defesa relacionada ao exercício da cidadania como uma das finalidades da educação, estabelecendo uma prática educativa voltada para os princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, preparando o educando para o exercício da cidadania e qualificação profissional.

A Emenda Constitucional n. 53 (aprovada em seis de dezembro de 2006) criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), antigo FUNDEF, que tem por objetivo proporcionar a elevação das taxas de atendimento, principalmente na educação média e infantil, e um considerável aumento e nova distribuição dos investimentos em educação.

O maior impacto das mudanças durante o governo Lula ocorreu na reforma da educação superior cuja justificativa volta-se para a ideia de intensificar o processo de democratização e equidade do ensino superior por meio de inúmeras medidas político-administrativas.

Dentre os princípios e diretrizes adotados para o ensino superior, dois nos chamam atenção, a saber, a educação é concebida como bem público, e a proposta de ensino superior deve ser fortalecida por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades. Em se tratando da esfera privada, compreendemos que a proposta de educação superior do sistema não público teve uma expansão desordenada, preconizada pela ideologia da visão mercantilista da educação, em total oposição aos princípios que a concebe como bem público.

Justifica-se a ocorrência desse fato considerando-se que as instituições privadas recebem incentivos por parte do governo para que ofereçam pacotes e cursos

educacionais. As instituições privadas são isentas de impostos e em contrapartida reservam parte de suas vagas para os alunos oriundos das instituições públicas.

Nessa perspectiva, a expansão, mercantilização e privatização das Instituições superiores permitem que elas se destaquem na sociedade pela capacidade que têm de se articularem com as demandas locais e globais nas áreas de conhecimento que as integram. Propaga-se um discurso muito direcionado pela necessidade de equidade e qualidade, o que nos faz entender que o foco reside na capacidade que as instituições devem ter para ampliar o acesso e garantir a permanência de integrantes dos diversos grupos sociais e culturais em detrimento de uma oferta que não coloca em debate o quesito qualidade das instituições e cursos oferecidos. O foco quanto à qualidade está representado pela defesa de que as instituições de educação superior devem caminhar em direção ao ensino, à pesquisa e à extensão, porém não apresenta critérios definidos.

Outro ponto relacionado à reforma da educação superior está associado à questão da globalização. Hoje, discute-se a necessidade da mundialização do conhecimento, exigindo que as instituições brasileiras tenham especial atenção para o caráter dialético das relações local/global.

A preocupação com os processos de internacionalização devem ser traduzidas em políticas que promovam maior aproximação com instituições estrangeiras e internacionais. Esse posicionamento político-educacional parece-nos representar a ideia de que o Brasil está aberto à instalação de empresas multinacionais do conhecimento, o que acreditamos que só tende a fortalecer o discurso mercadológico que gira em torno da educação, uma vez que, instalando-se em nosso território, tais empresas buscam lucro pela avenida da educação ao ofertar pacotes educacionais.

Diante das mudanças voltadas para o ensino superior, a forma como ocorre o acesso a essa modalidade de ensino também passou por transformações. O acesso ao ensino superior público dar-se-á por meio de políticas inclusivas, devendo considerar, de forma parcial ou total, os resultados que os alunos obterão por meio da avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o qual passa a ser obrigatório para todos os concluintes do Ensino Médio. Esta medida política dialoga diretamente com o FUNDEB, que deverá oferecer condições necessárias para a qualidade do Ensino Médio Público. Caso o aluno não tenha um ensino de qualidade na educação básica, o seu desempenho no ENEM não será tão satisfatório, logo poderá se prejudicar quando submetido à avaliação do ENEM e, por extensão, concorrer a uma vaga no ensino superior, pois estará diante de um processo de competitividade em função das vagas oferecidas pelo setor público não atendem a demanda social.

Há também as políticas de cotas étnicas e reserva de vagas para alunos provenientes de escolas públicas, devendo, portanto, as instituições de ensino superior públicas oferecer 50% de suas vagas para os alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em instituições públicas.

A política que orienta o número de vagas destinadas a alunos de escolas públicas aponta alguns subentendidos, por exemplo, já que a demanda pelo ensino superior é grande e que a qualidade do ensino oferecido pelas escolas públicas na educação básica não dá condições para que seus alunos concorram de igual para igual com os alunos provenientes de entidades privadas, o governo institui medidas que tendem a acelerar ainda mais as disparidades entre as classes sociais, promovendo a necessidade do surgimento de novas fábricas do conhecimento, a saber, entidades privadas de educação básica, cursinho preparatórios para o ensino superior, criando um processo cada vez mais mercantilista, já que, se as escolas públicas não preparam, o caminho é buscar nas entidades privadas treinamento, adestramento para o acesso ao ensino superior responsabilizando a população pelo sucesso que venha obter ou

insatisfação na prestação do serviço educacional que busca “comprar”. Dessa forma, o Estado se exime de sua função social para com a educação, atribuindo ao setor empresarial total responsabilidade pela oferta de pacotes educacionais.

Nessa perspectiva, a educação passa a ser recontextualizada por várias ideologias, ocorrendo lutas hegemônicas entre agentes e instituições sociais que buscam imprimir uma melhor posição na esfera social para atender a lacuna educacional deixada pela rede pública de ensino básico. Embora as mudanças do governo Lula estejam focadas no ensino superior, dialogam com a educação básica, pois estabelecem mudanças que ocorrem em rede, numa espécie de globalização local.

Conforme Barreto e Lecher (2008), dentre as principais medidas para o setor privado, quanto ao acesso à educação superior, destaca-se especialmente, o Programa Universidade para Todos (ProUni), institucionalizado pela Lei n. 11.096. O ProUni tem como objetivo conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda e a alunos que terminaram o ensino médio em instituições privadas na condição de bolsista em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa.

Esta medida prenuncia uma espécie de licitação para futuras agências de fomento ao crédito (FIES, PRAVER etc.) voltado para o ensino superior, dando margem para que surjam empresas de financiamento com interesses em oferecer capital para o financiamento total ou parcial de cursos superiores mediante a não concessão de bolsas para alunos de baixa renda. Esta situação é bastante complicada, uma vez que tende a desrespeitar o aluno, isentando o Estado de umas de suas principais responsabilidades: a oferta de educação a todos os brasileiros, obrigando-os a estabelecer dívidas para que tenham acesso à educação. É uma realidade perversa, pois os alunos terão que pagar duas vezes para ter direito ao conhecimento, a primeira quando pagam os impostos à esfera administrativa municipal, estadual e à União; a segunda quando terão que submeter-se a um crédito para cursar uma faculdade.

Sob o caráter mercadológico que emerge no contexto da educação nacional na contemporaneidade, a escola é recontextualizada, comodificada no âmbito do mercado, e a proposta de ensino voltada para a cidadania cede lugar a uma educação que se define a partir da mercadorização do conhecimento, ou seja, até para se ter educação o cidadão precisa ser “cidadão consumidor”.

Andrioli (2002) aponta algumas consequências do neoliberalismo na educação, a saber: formação profissionalizante em detrimento de uma abrangente, privatização do ensino, o rápido e barato é apresentado como critério de eficiência, nova linguagem, com a utilização de termos neoliberais na educação, privatização das Universidades e parcerias com a sociedade civil (empresas privadas e organizações sociais).

Consoante com esse posicionamento, Barreto e Lecher (2008) apontam que no contexto educacional brasileiro, a privatização, a mercantilização e a comodificação crescentes da educação foram demandas concretas de uma fração burguesa local, que já possuía sólidos negócios na área. Essa fração, por sua força parlamentar e junto ao bloco dominante, obteve concessões extremamente benéficas para seus negócios: isenções tributárias e incentivo permanente à diferenciação das instituições e modalidades de educação, terceirizando modalidades de ensino como o nível superior.

Embora à educação tenha sido delegada a meta social de conceder a todos o acesso ao conhecimento calcado no discurso “Educação direito de todos”, com o propósito de diminuir as desigualdades sociais, ela tem sido mais uma instituição social

incentivadora da concorrência entre os mercados, um aparelho ideológico do Estado mantenedor do ideário neoliberal.

Compreende-se, portanto, que a política educacional no contexto brasileiro revela-se pela lógica de mercado, restringindo a responsabilidade do Estado o dever de ofertar educação e abrindo espaço para instalação de setores privados “comprometidos”, em sua maioria, não com a qualidade do ensino, mas com a lucratividade.

3. Educação sob a perspectiva das agências nacionais de financiamento: as propostas de concessão de crédito estudantil na esfera educacional

As peças publicitárias abaixo fazem alusão à chamada política de financiamento estudantil, abordando o poder dos agentes sociais das entidades privadas de ensino bem como de empresas que se aliam a estas instituições em busca de lucratividade no mercado educacional.

Figura 01 – Peça publicitária Crédito PRAVALER, panfleto, Natal, outubro 2010.

DÊ UMA AJUDINHA PRA VOCÊ MESMO.

O curso que você quer, a faculdade que sempre sonhou!

CRÉDITO PRAVALER UNIVERSITÁRIO

De agora em diante você pode facilitar os pagamentos de suas mensalidades.

PRAVALER. O CRÉDITO É TODO SEU.

Simule o valor da parcela no site: www.creditopravalere.com.br

IDEALINVEST

POR QUE CONTRATAR O PRAVALER, O MAIOR CRÉDITO UNIVERSITÁRIO PRIVADO DO PAÍS?
(FRASES ESPONTÂNEAS DE PESQUISA FEITA COM ALUNOS PRAVALER)

As mensalidades cabem no bolso.

O crédito pode ser contratado a ano todo.

Parcelas não se acumulam.

CRÉDITO PRAVALER UNIVERSITÁRIO

PRAVALER. O CRÉDITO É TODO SEU.

Pode consultar a pré-aprovação antes das vestibulares.

Pré-aprovação é rápida e sem compromisso.

Simule o valor da parcela no site: www.creditopravalere.com.br

0800 774 8777

IDEALINVEST

Cada contratação, para um semestre/ período, está sujeita à análise de crédito e às condições do programa vigentes à época. Uma vez formalizado o contrato, as condições aqui contidas são válidas para o respectivo semestre/ período nele indicado. O programa não garante o financiamento de todos os semestres/ períodos do curso. Condições completas no site www.creditopravalere.com.br, sujeito a alteração sem prévio aviso. A Ideal Invest é correspondente bancário do Banco ABC Brasil S.A. Leia as condições definitivas em seu contrato. Data de impressão: 21/01/2010.

As chamadas discursivas “Dê uma ajudinha pra você mesmo”; “o curso que você quer, a faculdade que sempre sonhou!”; “por que contratar o PRAVALER, o maior

crédito universitário privado do país?"; “as mensalidades cabem no seu bolso”; “o crédito poder ser contratado o ano todo”; “parcelas não se acumulam”; “pode consultar a pré-aprovação antes dos vestibulares” e “pré-aprovação é rápida e sem compromisso” legitimam uma prática discursiva atravessada por ordens de discurso diversas, tendo como estrutura social hegemônica as regras mercadológicas condicionadas pelo ideário da economia neoliberal.

Seguindo a lógica do discurso da figura 01, a peça abaixo é bastante enfática em sua encenação discursiva, interpelando o sujeito para a aquisição de crédito para que ele possa ingressar numa faculdade, neste caso, a Universidade Potiguar – UNP. Percebe-se um discurso de inclusão social marcado no discurso da instituição financiadora do crédito, a PRAVALER, pois se a oferta de vagas das instituições públicas não atende a demanda estudantil, o segmento privado está oferecendo uma oportunidade para que os jovens e demais pessoas alcance o objetivo de ingressar no ensino superior. Isto ilustra o que discutimos na seção dois quando mencionamos que parece que a educação está delegada a responsabilidade de cada sujeito, provocando uma abertura para que o Estado não se comprometa tanto com a oferta de educação para os cidadãos.

Figura 02 – Peça publicitária Crédito PRAVALER, panfleto, Natal, novembro 2011



As peças fortalecem a ótica economicista que tende privatizar a educação sinalizando que “a própria população, ou, com maior propriedade, o mercado se encarregue das empresas, das instituições e dos serviços que, até o momento, dependiam diretamente e principalmente do governo” (SANTOMÉ, 2003, p. 41). Isso destaca a atuação que o neoliberalismo exerce nas práticas sociais, dito com outras palavras “o neoliberalismo representa uma necessidade global de restabelecimento da hegemonia burguesa, trazendo implicações não só para a vida econômica, mas também

para as diversas relações que se estabelecem entre os homens” (MANCEBO, 2008, p. 57).

Neste caso, ao adquirem créditos financeiros para poder arcar com as despesas do curso superior, os estudantes estarão estabelecendo relações sociais que se firmam com base na lógica empresarial, estão assumindo uma dívida que deveria ser responsabilidade do Estado, uma vez que estarão pagando duas vezes para ter educação, ou seja, ao pagar os impostos e mediante a obtenção do empréstimo estudantil. Neste caso, o fator lucro desaponta como a voz que legitima uma relação de negócio, gerando rentabilidade para as instituições privadas e comprometendo a vida financeira daqueles que receberam o crédito. Todo esse jogo de interesse entre os agentes sociais é postulado pelas orientações da economia neoliberal.

A política educacional com foco na concessão de crédito estudantil acaba efetivando uma prática consumista, reduzindo à educação a políticas de financiamento assim como acontece com outros bens que são financiados, por exemplo, automóveis, imóveis dentre outros produtos. É devido a essa política e tantas outras que 89,4% das instituições de ensino superior no Brasil fazem parte da esfera privada. Embora o Plano Nacional de Educação advogue o desenvolvimento e a articulação do ensino em todos os seus níveis, destacando a preocupação quanto à erradicação do analfabetismo, à universalização do atendimento escolar, à melhoria do ensino, à formação para o trabalho e à promoção humanística, científica e tecnológica (NEVES, 2000), em tese, o que se constata é que tal perspectiva política para o âmbito educacional fica apenas nas margens dos documentos oficiais.

Na trama das relações sociais, o que acontece é um processo de exclusão que tende a eliminar o indivíduo que não pode pagar para ter acesso à educação superior, pois a oferta de vagas pelas avenidas das instituições públicas não atende a demanda social. É, pois, sob essa perspectiva que as instituições privadas de ensino mantêm parceria com empresas de fomento ao crédito, servindo de agente intermediário entre tais empresas e aqueles que se submetem a adquirir recursos financeiros para poderem pagar suas faculdades.

Conclusão

Neste artigo, preocupamo-nos em discutir as implicações economicistas que emergem dos contextos educacionais das instituições privadas de ensino, considerando a educação sob a perspectiva das agências nacionais de financiamento de crédito estudantil.

Os dados analisados nos permitiram observar que nas peças publicitárias há uma hibridização discursiva marcada por expressões associadas a vários tipos de discursos, a saber, educacional, empresarial, publicitário, da economia neoliberal, midiático. Nesse sentido, há um cruzamento de vozes sociais que se assentam em valores, crenças e comportamentos sociais, referendadas nos pressupostos ideológicos da economia neoliberal como ponto orientador para as transformações socioculturais no contexto educacional.

Nas peças há uma voz social midiática que parece ecoar em direção a uma proposta de educação democrática, dando a atender que as instituições privadas de ensino bem como as agências de financiamento ao crédito estudantil estão preocupadas em proporcionar caminhos para que todos tenham acesso à educação, ao conhecimento. Assim, visualizamos também que nos anúncios aparece implicitamente um discurso marcado pela voz de inclusão social.

Portanto, percebemos que a educação tornou-se foco de interesse empresarial. O ensino virou objeto de desejo mercadológico, induzido pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo, uma vez que as agências de fomento ao crédito estudantil inserem a educação nas práticas sociais como uma agência mercadológica, interpelando o sujeito como consumidor. A pesquisa revela que a presença empresarial no segmento educacional recontextualiza a educação como espaço de produção e reprodução de ideias, valores e atitudes que são típicos de mercado, constituindo mudanças socioculturais que dialogam diretamente com os preceitos da economia neoliberal.

Referências bibliográficas

- BODGAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em Educação**. Porto: Porto, 1994.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- CHAVES, V. L. J.; LIMA, R. N.; MEDEIROS, L. M. Reforma da educação brasileira: de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Orgs.). **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008, p. 329-347.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and globalization**. London: Routledge, 2006.
- _____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
- MAGALHÃES, I. I. Teoria Social Crítica e Texto. Revista Linguagem em (Dis)curso. LemD, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 113-131, 2004.
- MANCIBO, D. Reforma na Educação Superior: o debate sobre a igualdade no acesso. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Orgs.). **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008, p. 55-70.
- MENEZES, V.; SILVA, M. M.; GOMES, I. F. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. (Orgs.). **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MOITA-LOPES, L. P. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que tem orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 85-107.
- NEVES, L. M. W. **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- ORMUNDO, J. S. Análise Social, Linguagem e Globalização. In: VIEIRA, J. A.; PEDROSA, C. E. F. **Análise crítica do discurso: do linguístico ao social no gênero midiático**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.
- PEDROSA, C. E. F.; MANDÚ, H. C. A. A; CRUZ, R. S. Urbanismo e linguagens: análise crítica dos discursos privados em instâncias públicas. In: VI Congresso da Associação de Linguística Sistemico-funcional da América Latina, 6., 2010, Fortaleza. **Anais VI ALSFAL**. Fortaleza: UECE, 2010.
- PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Abordagem sociológica e comunicacional do discurso, uma proposta para análise crítica do discurso**, 2012. [inédito]

- RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para a crítica):** o texto como material de pesquisa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica.** São Paulo: Contexto, 2006.
- SIGNORINI, I. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em Linguística Aplicada. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade.** Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- SANTOMÉ, T. J. **A educação em tempos de neoliberalismo.** Tradução: Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- van DIJK, T. A. (Org.). **El discurso como interaccion social.** Revisão técnica de J. A. Álvarez. Barcelona: Editorial Gedisa, 2000.
- WODAK, R. **Do que trata a ACD - um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos.** Revista Linguagem em (Dis) curso, v. 4, n. especial, 2004.